

MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR

*Mestre e Doutor em Direitos Humanos (Universidade de São Paulo). Especialista em Direito Constitucional (Escola Superior de Direito Constitucional) e Direitos Humanos (Universidade de São Paulo).
Professor universitário e de diversos cursos de pós-graduação, em todo o Brasil.*

RESOLUÇÃO DO CONFLITO PREVIDENCIÁRIO E DIREITOS FUNDAMENTAIS





EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Agosto, 2015

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO
Impressão: DIGITAL PAGE

Versão impressa — LTr 5346.9 — ISBN 978-85-361-8586-6
Versão digital — LTr 8809.0 — ISBN 978-85-361-8612-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Serau Junior, Marco Aurélio

Resolução do conflito previdenciário e direitos fundamentais / Marco Aurélio Serau Junior. — São Paulo : LTr, 2015.

Bibliografia

1. Direito previdenciário 2. Direitos fundamentais
3. Políticas públicas 4. Previdência social I. Título.

15-06638

CDU-342.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Previdência social : Direitos fundamentais 342.7

104.1.1

SUMÁRIO

Prefácio	13
Apresentação	17
Introdução	19

Capítulo 1
Previdência Social no Quadro dos Direitos Fundamentais

1.1. Afirmação histórica dos direitos fundamentais e a construção da Previdência Social.....	25
1.1.1. Jusfundamentalidade da Previdência Social.....	31
1.1.2. Deficiência estrutural/fundante da Previdência Social no Brasil	33
1.1.3. Reformas neoliberais e desmonte da estrutura previdenciária	38
1.2. Características jurídicas dos direitos fundamentais	41
1.3. Direitos fundamentais e acesso à justiça.....	45
1.4. Conclusões parciais.....	47

Capítulo 2
Conflito Previdenciário

2.1. Objeto do conflito previdenciário	50
2.1.1. Conceito de conflito	50
2.1.2. Aproximação ao conceito de conflito previdenciário.....	53
2.2. Atores do conflito previdenciário	56
2.2.1. Atores do conflito previdenciário: os beneficiários da Previdência Social.....	56

2.2.2. Atores do conflito previdenciário: o INSS.....	58
2.2.3. Assimetrias	62
2.3. Multiplicidade de controvérsias e demandas.....	65
2.4. Expectativas sociais e regulação jurídica: o caso dos direitos previdenciários.....	66
2.5. Pautas do conflito previdenciário	73
2.5.1. Pautas de legalidade	74
2.5.2. Pauta interpretativa.....	76
2.5.2.1. Interpretação constitucional das normas previdenciárias.....	77
2.5.2.2. Interpretação economicista/utilitarista das normas previdenciárias	79
2.5.2.3. Revisão da Teoria Geral do Direito e sua aplicação às questões previden- ciárias	81
2.6. Insuficiência do direito na sociedade moderna: raiz do conflito previdenciário	83
2.7. Conclusões parciais.....	91

Capítulo 3 **Panorama Atual da Resolução de Conflitos**

3.1. Mecanismos de resolução e tratamento adequado de conflitos.....	92
3.2. Crise da justiça: crise numérica e de efetividade.....	97
3.2.1. Complexidade do controle judicial de políticas públicas.....	98
3.3. Mecanismos alternativos de resolução de disputas.....	103
3.3.1. Modalidades dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos.....	107
3.3.2. Teoria da negociação.....	110
3.3.3. Conciliação e mediação	110
3.3.4. ADR envolvendo a Administração Pública	114
3.4. Órgãos judiciais envolvidos na solução do conflito previdenciário.....	119
3.4.1. Justiça Federal	119
3.4.2. Juizados Especiais Federais	120
3.4.3. Competência delegada à jurisdição estadual	123
3.4.4. Tempo do processo e o conflito previdenciário	124
3.5. Conclusões parciais.....	125

Capítulo 4 **Mecanismos de Adequada Resolução do Conflito Previdenciário**

4.1. Abordagem inicial da resolução judicial do conflito previdenciário	126
4.2. Análise crítica da “preferibilidade” da arena judicial	130

4.3. Reflexos da utilização da via judicial na concepção e desenvolvimento das políticas públicas previdenciárias	136
4.4. Resolução administrativa do conflito previdenciário.....	139
4.4.1. Experiências de resolução administrativa não litigiosa de conflitos	143
4.4.2. Custos sociais totais da resolução do conflito previdenciário	145
4.5. Parâmetros (<i>standards</i>) para a resolução não judiciária do conflito previdenciário	147
4.5.1. Parâmetros gerais	147
4.5.2. Parâmetros para a solução administrativa do conflito previdenciário.....	149
4.5.3. Parâmetros para a solução judicial do conflito previdenciário	152
Conclusões.....	157
Referências Bibliográficas	161